



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

28 DE ABRIL DE 2022



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

28 DE ABRIL DE 2022

No dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão de festas da Cooperativa de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Proposta de aprovação da 2ª alteração ao Mapa de Pessoal;
- 4) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021;

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu-se de imediato à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros:

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário
- Vítor Miguel Lopus Fialho
- Sara Patrícia Galega Rodrigues
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro
- Joana de Carvalho Galvão
- Bernardino António Bengalinha Pinto
- João de Deus Carapeto Fialho
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas

O membro António Manuel Dimas Grosso, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício. O membro Maria Antónia Leal Boteta Gomes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Fernando Nazaré Pereira----- O membro Cecília Isabel Pinto Lopes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Maria Leonor Martins de Carvalho Sacadura Botte Ribeiro Fernandes.-----



O membro Célia do Carmo Remourinho Peres Sabino, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva.-----

O membro Ricardo Filipe Malagão Soldado, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Duarte Manuel Vidazinha Guerreiro.-----

O membro Vasco Miguel Teles Fialho, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, fez-se substituir pela Secretária da referida Junta de Freguesia, Tânia Alexandra Candeias Milhano-----

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores.-----

No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontra disponível para quem a quiser consultar. -----

Procedeu-se de seguida à votação da proposta da ata relativa à sessão ordinária de 11 de fevereiro de 2022, a qual foi aprovada com treze votos favoráveis, não tendo participado na votação da proposta de ata os seguintes membros que não estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere:-----

Paula Alexandra Mendes Maurício, Bernardino António Bengalinha Pinto, José Fernando Nazaré Pereira, Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva e Duarte Manuel Vidazinha Guerreiro.-----

Procedeu-se depois à apreciação da ata relativa à sessão extraordinária de 11 de março de 2022, com vista à respetiva votação.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, em representação dos eleitos do PS, disse que sempre que possível, é desejável que existam condições logísticas adequadas ao funcionamento das sessões da Assembleia. Em concreto, referiu que poderiam ter sido colocadas umas mesas neste salão, nas quais os membros pudessem acomodar os seus materiais. Também este membro deixou uma nota quanto ao facto do Senhor Presidente da Assembleia não ter feito qualquer referência quanto aos motivos de só hoje ter sido enviada a ata em apreciação. Recordou que em 2018, a bancada da CDU, numa situação em que a ata tinha sido enviada com dois dias de antecedência, votou contra a respetiva aprovação. Disse o membro Bernardino Bengalinha Pinto que a bancada do PS iria votar favoravelmente esta ata, embora esperasse que o Senhor Presidente da Assembleia tivesse feito alguma observação quanto ao assunto, dado que o Regimento não foi cumprido.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, relativamente às questões logísticas, disse que apesar de nas freguesias não existirem as condições ótimas para a realização das sessões, ainda assim deverá ser dada continuidade à lógica da rotatividade que durante cerca de dois anos foi interrompida em virtude da pandemia.-----

Acrescentou que os técnicos empenharam-se para que tudo pudesse funcionar a nível de som e imagem e ainda que sem as condições ideais, ressalta a mais valia de realizar as sessões de



modo descentralizado, tentando melhorar no futuro, se possível, as condições de realização das sessões.-----

Quanto ao facto da ata relativa à sessão extraordinária de 11 de março de 2022 ter sido enviada hoje, o Senhor Presidente da Assembleia referiu lamentar que isso tenha acontecido, embora, na sua perspetiva existam duas posições que se podem adotar quanto a esta questão:

- a) Perceber as dificuldades dos serviços e concluir não ser possível fazer de outro modo;
- b) Realçar o incumprimento do prazo de envio, independentemente das dificuldades que estão subjacentes.-----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que o modo como se vê um determinado facto, depende da posição que se ocupa no momento da análise desse facto e normalmente existem sempre dois pontos de vista (“é o copo meio cheio e o copo meio vazio”).-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, a este propósito, disse que as questões que suscitou não são técnicas, são políticas, ou seja, não está a pôr em causa as dificuldades que os serviços tiveram agora e que já em 2018 tinham tido. Neste contexto, realçou que em 2018, apesar de terem sido explicados os motivos do atraso, tal não foi suficiente para demover os eleitos da CDU de votarem contra a aprovação da ata que tinha chegado dois dias antes.-----

Relativamente às questões logísticas de realização das sessões da Assembleia, disse o membro Bernardino Bengalinha Pinto que apenas pretendeu evidenciar que era possível melhorá-las, dado que aos membros da Assembleia que não estão na mesa, deverão ser proporcionadas condições idênticas às dos membros da mesa. Salientou concordar com a realização descentralizada das sessões da Assembleia mas com condições idênticas para todos os membros.

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata relativa à sessão extraordinária de 11 de março de 2022, tendo a mesma sido aprovada com doze votos favoráveis, não tendo participado na votação da proposta da ata os seguintes membros que não estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere:-----

Marília de Jesus Vaz Rasquinho, José Fernando Nazaré Pereira, Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva, Duarte Manuel Vidazinha Guerreiro, Rosinda de Fátima Bandarra Gaio e Tânia Alexandra Candeias Milhano.-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que não será apreciada e votada a ata relativa à sessão extraordinária de 14 de abril de 2022, dado que o documento não foi enviado.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que no passado dia 19 de fevereiro participou no Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais que decorreu na Covilhã. Disse que tendo sido previamente convidado para integrar os órgãos sociais da Associação, aceitou o convite e foi eleito como membro do Conselho Geral. Acrescentou que na data em que este Município deliberou aderir a esta Associação, teve oportunidade de expressar a sua opinião sobre a mesma, opinião essa que, no geral, mantém. Contudo – disse - uma vez que o Município está integrado na Associação, deverá ser realizado o melhor trabalho que se conseguir e foi nessa perspetiva que aceitou e integrou o Conselho Geral.-----

Ainda no período Antes da Ordem do Dia, interveio o membro Marília Rasquinho que em representação dos eleitos da CDU apresentou uma moção que distribuiu previamente e que leu. O texto integral dessa moção é o seguinte:



“Moção proposta pela bancada da CDU

Assembleia Municipal de Viana do Alentejo 28/04/2022

O mundo deve repudiar a guerra Rússia - Ucrânia, e deve repudiar todas as guerras.

A guerra em curso na Ucrânia, deriva diretamente do golpe de Estado em fevereiro de 2014, fortemente apoiado por intervenção externa, designadamente os EUA.

Ainda em 2014 a Rússia procede à anexação da Crimeia e rebeldes declararam a independência das províncias de Donetsk e Lugansk, no leste da Ucrânia, conhecidas conjuntamente como a região de Donbass.

Em 2014 e 2015 celebraram-se os protocolos de Minsk com a intermediação da Rússia, França e Alemanha e o estabelecimento, a cargo da Ucrânia e segundo a lei ucraniana, de um sistema de autogoverno para a região (que abrange áreas dos distritos de Donetsk e Lugansk). Estes protocolos nunca foram cumpridos pela Ucrânia.

Com os acontecimentos de 24 de fevereiro de 2022, a invasão da Rússia à Ucrânia, em violação do direito Internacional, assistimos a uma escalada da guerra onde as principais vítimas são os povos.

A destruição, as mortes e a fuga em massa de milhões de cidadãos ucranianos, são uma consequência direta da guerra o que, por si só, deveria bastar para o fim imediato da mesma. Com base nas considerações anteriores, a Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, reunida em sessão ordinária na Freguesia de Aguiar, delibera:

- 1- Condenar inequivocamente a guerra que opõe a Rússia à Ucrânia, bem como todas as guerras, considerando que esse não é um caminho para o bem-estar dos povos;
- 2- Exortar as Nações Unidas a uma intervenção mais ativa no sentido de estabelecer uma ponte entre as partes em conflito, para obter o fim das hostilidades.
- 3- Expressar a sua solidariedade e disponibilidade para integrar qualquer tipo de iniciativas no sentido do apoio e de acolhimento de povos refugiados, quer tenham origem na guerra da Ucrânia, quer de outros conflitos que existem em outras partes do mundo.

Caso seja aprovada, propomos o envio desta moção para:

Presidente da República

Primeiro-ministro

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Presidente da Assembleia da República

Partidos com assento Parlamentar

Embaixada da Ucrânia

Embaixada da Rússia

Divulgação pelos meios que a CMVA considerar adequados

Aguiar, 28 de abril de 2022”



O membro Nuno Grave, em representação dos eleitos do PS, procedeu à apresentação de um Voto de Condenação pela Invasão da Rússia à Ucrânia, que leu e cujo texto integral se transcreve:

“Voto de Condenação pela Invasão da Rússia à Ucrânia

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia não teve um início recente, tendo o mesmo surgido, no seguimento de uma crise diplomática e de um conjunto de atos e agressão promovidos nos últimos anos, como a ocupação de partes da Geórgia e Moldávia, a anexação da Crimeia e provocações militares, culminando na atual invasão russa à Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022 e um escalar de acontecimentos que nos deve preocupar a todos, levantando inúmeras questões e dúvidas.

Algumas respostas poderão estar no agressor que repetiu várias vezes, ao mesmo tempo que argumentava que a Ucrânia cometeu genocídio da população russa e em que o Sr. Putin lembrava, em tom provocador e ameaçador, todo o potencial do arsenal nuclear que tem à sua disposição. Isso justifica que perante um inimigo público desta natureza seja necessária toda a prudência e inteligência, optando-se por utilizar formas pacíficas que não impliquem a utilização de equipamento bélico para socorrer e apoiar a população da Ucrânia, ao mesmo tempo que se enfrenta uma outra batalha, a da defesa da civilização do diálogo, frente ao tribalismo totalitário na tentativa de evitar que se continue a alastrar a recessão democrática por todo o Mundo.

Passadas 3 décadas após a queda do Muro de Berlim, a Freedom House, que se dedica ao estudo da liberdade e da democracia no Mundo, alerta-nos que pelo 16º ano consecutivo existe recessão democrática. O número de países que se afastam da democracia, supera cada vez mais, os que se aproximam da mesma. A Freedom House identifica mesmo, que nos últimos 5 anos, 60 países tiveram uma súbita degradação democrática, indicando que o gosto pela vida democrática vai ficando cada vez mais para trás.

Pertencer à NATO, por si só, não representa um certificado de garantia democrática, mas pode-se considerar que é uma proteção contra aqueles para quem a estupidez, a crispação e o ressentimento não tem limites.

O que temos vindo a assistir é mais do que uma invasão, é a tentativa de extermínio ou a absorção étnica de um povo. E isso é, verdadeiramente, o pior de tudo. Existe um país, homens e mulheres e crianças, história, tradições e um povo com identidade própria que obrigatoriamente tem de ser respeitado, acreditando que liberdade e a democracia vão estar sempre do lado certo da História.

Neste sentido a bancada do Partido Socialista apresenta o seguinte voto de condenação:

Apresentamos um voto de condenação pelas ações e atos militares promovidos pela invasão russa ao território ucraniano, acrescentando-se que todas as soluções se devem rever no diálogo e na diplomacia, condenando inequivocamente o recurso à violência, o atentado contra os direitos humanos, a imposição e o autoritarismo.

Considera-se, neste voto, o seguinte:



- O apoio à soberania e à integridade territorial da Ucrânia;
- Total solidariedade para com o povo ucraniano e em particular com a comunidade ucraniana em Portugal, nomeadamente no concelho de Viana do Alentejo;
- O apelo à paz imediata, à segurança e ao respeito pelos direitos humanos, liberdade e democracia;
- A via diplomática e pacífica, como a única solução aceitável para a resolução deste conflito;
- O reconhecimento dos esforços europeus e nacionais para o acolhimento ao povo ucraniano que deseje abandonar o seu país e a promoção de uma solução diplomática;
- A nível local, o Município de Viana do Alentejo deve continuar com os mecanismos que estiverem ao seu alcance para ajudar a mitigar o sofrimento dos ucranianos que estão a viver tempos de guerra ou de êxodo das suas habitações, cujo desfecho configura desde já numa enorme tragédia humanitária;
- O Município deve continuar a assumir um papel de interlocutor e facilitador entre atores locais, como as Juntas de Freguesia do Concelho, as entidades ligadas ao setor social, as entidades do setor da saúde, e atores regionais, nomeadamente a Segurança Social, para a recolha de bens materiais, farmacêuticos ou alimentares e identificar junto dos municípios potenciais recetores de população ucraniana.

Este voto de condenação, depois de aprovado, deve ser enviado para:

- Presidente da República;
- Presidente da Assembleia da República;
- Primeiro- Ministro;
- Bancadas dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República;
- Meios de comunicação social e outras entidades consideradas de interesse.

Aguiar, 28 de Abril de 2022”

O membro Maria Leonor Fernandes, em representação dos eleitos da força política VIVA, procedeu à apresentação de uma moção de protesto da invasão russa à Ucrânia, que leu e cujo texto integral se transcreve:

“MOÇÃO DE PROTESTO DA INVASÃO RUSSA À UCRÂNIA

Na madrugada de 24 de fevereiro as tropas russas, por ordem do seu presidente, Vladimir Putin, iniciaram a invasão da Ucrânia, com relatos de explosões em várias zonas do país e que se intensificaram ao longo da manhã.

Esta foi uma invasão em grande escala, com as tropas a entrarem via Bielorrússia e também pela península da Crimeia e por meio de Donbass e nordeste do país. Atualmente a escalada de violência atinge contornos impensáveis há pouco tempo atrás.



Este é um grave ataque a um estado soberano, o qual merece a nossa total condenação e forte protesto político e institucional. Não podemos ficar indiferentes perante um feroz ataque à soberania de uma nação livre.

Este é um grave ataque à paz europeia que tem perdurado durante décadas. Este é um ataque à democracia e à liberdade. Não podemos aceitar de forma indiferente!

A invasão russa à Ucrânia é uma afronta para a democracia e para a paz mundial.

A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo manifesta:

- 1 – Solidariedade para com a Ucrânia e o seu povo.
- 2 - A condenação da agressão russa à soberania da Ucrânia, à liberdade e à democracia;
- 3 - O reconhecimento do território ucraniano como país soberano e independente;
- 4 – O apelo ao fim imediato da invasão russa à Ucrânia;
- 5 - O apelo para que seja restabelecida a paz na Ucrânia.

Os eleitos pelo VIVA:

João Fialho

Leonor Botte

Fernando Brito e Silva

Duarte Guerreiro

Frederico Carvalho

Aguiar, 28 de Abril de 2022

Nota: Caso esta Moção seja aprovada propõe-se o seu envio para os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Agência LUSA e órgãos da Comunicação Social da Região Alentejo, e respetiva publicação no sítio e Facebook do Município de Viana do Alentejo. Enviar, também para as embaixadas da Ucrânia e da Rússia.”-----

Existindo três documentos sobre a mesma matéria, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração a melhor maneira de tratar o assunto, designadamente votando cada um dos documentos ou conciliando a fusão dos documentos apresentados num documento único.

O membro Fernando Janeiro disse que os três documentos apresentados são diferentes, sendo que um deles é bastante diferente dos outros dois. Assim, a opinião da bancada do PS – disse



– é que os documentos sejam votados individualmente por não ser possível a compatibilização das diversas versões.-----

O membro Frederico de Carvalho, em representação dos eleitos da força política VIVA, disse concordar com a opinião anteriormente manifestada, no sentido de que a votação ocorra individualmente, visto haver uma moção que se afasta substancialmente “do sentido mais consensual das outras duas”-----

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou qual o fundamento para referir que há uma moção que se afasta substancialmente das outras duas, questionando em concreto “ se existe algum aspeto nessa moção que não corresponda à verdade, se menciona algo que não corresponde a factos históricos ou se apenas refere coisas com as quais não estamos de acordo porque não gostaríamos que fossem assim?”-----

O membro Frederico de Carvalho, agradecendo a possibilidade de responder diretamente, disse que a moção apresentada pela CDU evidencia um distanciamento enorme quanto à justificativa que levou à agressão a um país soberano. Esclareceu que os eleitos da força política VIVA não enveredam “por maniqueísmos , colocando os bons de um lado e os maus de outro”, observando que as referências feitas pela CDU aos acontecimentos de 2014 talvez devam ter “ um enquadramento mais fino do que aquele que a CDU apresentou”. Disse ainda este membro que aqueles que se preocupam com o rigor histórico, sabem o que provocou as manifestações nas ruas de Kiev, em 2014: Havia um acordo pró-ocidental e sem qualquer justificativa, o Presidente em funções naquela data enveredou por uma linha pró-russa, facto que indignou a população e que trouxe consequências.-----

Disse ainda este membro que aqueles que a CDU considera “ de maus” na moção que apresentou, muito têm lutado para que atualmente, no mundo ocidental, haja a possibilidade de expor visões diferentes perante aqueles que não pensam do mesmo modo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, a propósito desta intervenção e retomando a moção apresentada pela CDU, constatou que o facto de se condenar a invasão da Rússia à Ucrânia, de se condenar a violação do direito internacional, a destruição, as mortes e a fuga em massa de milhões de cidadãos ucranianos; parece estar num plano relativamente secundário porque até chegar a 2022, a CDU faz um elenco histórico de alguns acontecimentos. Disse o Senhor Presidente da Assembleia que de acordo com o sentimento expresso pelas bancadas do PS e do VIVA, irá colocar a votação as três propostas apresentadas.-----

Interveio ainda sobre este assunto o membro José Nazaré Pereira que referiu que na moção da CDU há vários parágrafos que lhe parecem consensuais. Contudo - disse - no segundo parágrafo é referido algo diferente daquilo que o Senhor Presidente da Assembleia acabou de dizer: “A guerra em curso na Ucrânia deriva diretamente do golpe de Estado...” Disse este membro que a guerra não deriva de um golpe de Estado mas sim de um poder militar enorme, de uma determinada maneira de pensar a vida e a Europa, partindo da iniciativa de alguém. Assim, disse este membro jamais poder concordar com o que está expresso no segundo parágrafo.-----

Quanto ao primeiro parágrafo da moção, este membro realçou positivamente o facto da bancada da CDU ter escrito que “o mundo deve repudiar a guerra Rússia- Ucrânia”, sendo essa a opinião unânime.-----



O membro José Nazaré Pereira, continuando a sua análise à moção, disse que os factos históricos relatados nos parágrafos seguintes, não podem justificar, de modo algum, a guerra. Disse também este membro regozijar-se pelo facto de, no sexto parágrafo, a bancada da CDU reconhecer que há efetivamente uma invasão da Rússia à Ucrânia. Continuou, referindo que é igualmente motivo de regozijo o facto de, no sétimo parágrafo, a bancada da CDU revelar uma grande preocupação humanista que nada tem a ver com as últimas intervenções que se têm ouvido por parte da CDU.-----

Este membro terminou a sua intervenção referindo concordar integralmente com os três aspetos referidos no final da moção e que se a bancada da CDU retirar os parágrafos dois a cinco da moção, certamente que a votará favoravelmente.-----

Interveio ainda o membro Frederico de Carvalho, realçando que é sobretudo o segundo parágrafo da moção que desvirtua o foco daquilo que se está a censurar e que nada tem a ver com a intervenção externa, designadamente dos Estados Unidos. Disse o membro Frederico de Carvalho considerar uma oportunidade perdida pela CDU o facto “de vir a terreiro” desvirtuar o foco da questão principal que é a invasão de um país soberano por parte de outro país soberano, de forma arbitrária, injustificada, agressiva, violenta e hostil, como nunca se tinha sequer imaginado. Acrescentou que independentemente do que possa estar por detrás destes acontecimentos, nada pode alterar o foco, sendo que os factos de 2014 são muito ambíguos e que Putin já era Presidente da Federação Russa a essa data.-----

Concluindo, este membro referiu que o voto dos eleitos do VIVA quanto à moção da CDU será contra, dada a desvirtuação do foco da questão, como referiu.-----

O Senhor Presidente da Assembleia sublinhou o “empenho e a eloquência” do membro Frederico de Carvalho ao comentar aquilo que tem sido dito pela CDU a nível nacional! A este propósito referiu-se a um documento de oito paginas que a CDU emitiu, tendo sido notícia na comunicação social, dois parágrafos, numa perspetiva de evidenciar precisamente os aspetos que não são consentâneos com a voz dominante. Disse o Senhor Presidente da Assembleia que, salvaguardando as devidas proporções, é a isso que se assiste hoje nesta sessão pois embora as três moções se refiram ao mesmo assunto, aquela que diz “um bocadinho mais, já está fora de contexto e já não é aceitável!”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, a concluir, salientou que recentemente foram celebrados os 48 anos do 25 de Abril, pelo que seria suposto que as tendências fossem estas!-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que não existindo condições para que a Assembleia se pronuncie sobre um único documento sobre a matéria que tem vindo a ser discutida, colocará a votação as três propostas apresentadas, pela ordem da respetiva apresentação.-----

Votada a moção apresentada pela bancada da CDU, verificaram-se sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estevão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze votos contra por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, José Nazaré Pereira, Joana Galvão e Tânia Milhano) e por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Fernando Brito e Silva, Duarte Guerreiro, João de Deus Fialho e Frederico Carvalho).-----

Esta moção foi rejeitada.-----



Passou-se à votação do Voto de Condenação apresentado pela bancada do PS, tendo o mesmo sido aprovado com onze votos favoráveis por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, José Nazaré Pereira, Joana Galvão e Tânia Milhano) e por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Fernando Brito e Silva, Duarte Guerreiro, João de Deus Fialho e Frederico Carvalho) e com sete abstenções por parte dos eleitos da CDU (Estevão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio).-----

Seguiu-se a votação da moção apresentadas pela bancada do VIVA, tendo a mesma sido aprovada com onze votos favoráveis por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, José Nazaré Pereira, Joana Galvão e Tânia Milhano) e por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Fernando Brito e Silva, Duarte Guerreiro, João de Deus Fialho e Frederico Carvalho) e com sete abstenções por parte dos eleitos da CDU (Estevão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio).-----

O membro Paula Maurício, em representação dos eleitos da CDU, apresentou de seguida uma moção sobre o 25 de Abril. Procedeu à leitura da mesma, cujo texto integral se transcreve:

“Moção proposta pela bancada da CDU

Assembleia Municipal de Viana do Alentejo de 28/04/2022

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. Liberdade de pensamento e de expressão, liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.



Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti fascista, pela liberdade e a democracia.

Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

Sem esquecer a proclamação do 1º de Maio como Dia Internacional dos Trabalhadores, associada a uma reivindicação fundamental na luta contra a exploração: a luta pela fixação de um limite de 8 horas para a jornada de trabalho diária.

A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, em sessão ordinária de 28 de Abril de 2022, delibera:

1. Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;

Caso seja aprovada a moção propomos o envio da mesma para:

Presidente da República

Primeiro Ministro

Partidos com assento parlamentar

Associação do 25 de Abril

Divulgação pelos meios que a CMVA considerar adequados”



Finda a leitura da moção, o membro Frederico de Carvalho, em representação dos eleitos do VIVA, anunciou que iria fazer “uma confissão”. Disse que enquanto deputado municipal em Évora, teve a oportunidade e o privilégio de votar, durante quatro anos, moções sobre o 25 de Abril, nunca tendo votado contra alguma delas. Contudo - disse - hoje irá, pela primeira vez, votar contra uma moção sobre o 25 de Abril, facto que lamenta uma vez que se considera uma pessoa de consensos e que procura a união, no sentido da criação de uma mensagem que seja o mais abrangente possível. Disse este membro parecer-lhe que a CDU, ao apresentar a moção nos termos em que o faz, não pretende a anuência do VIVA. Saliu que na moção são misturados aspetos perfeitamente distintos e que não fazem sentido, ao invés de ser promovida a união, a congregação, o apaziguamento e o enaltecimento da liberdade e da democracia. Disse ainda este membro que para a moção são trazidas questões de fricção, algumas delas até com alguma injustiça e com consequências do ponto de vista político. Realçou ainda que o 25 de Abril não foi feito apenas por “comunistas ou pessoas de esquerda” mas sim por pessoas de outros partidos, nomeadamente de direita, de centro-direita e apartidários, extravasando claramente a mensagem patente na moção apresentada.-----

Disse também o membro Frederico de Carvalho que o 25 de Abril não foi apenas uma oportunidade classista, tendo tido a participação de intelectuais, empresários, mulheres, etc., não se esgotando nos operários. Disse ainda que em representação da força política VIVA, lamenta que o PCP tenha uma visão da sociedade unilateral e sobretudo classista, perdendo inúmeras oportunidades. Dado não se reverem numa política de alguma crispação, decorridos que são 48 anos do 25 de Abril, disse este membro que os eleitos do VIVA não se reveem na mensagem de clivagem e de unilateralidade e que por estes motivos não poderão votar favoravelmente a moção apresentada.-----

O senhor presidente da Assembleia Municipal, a propósito da visão classista do PCP a que se referiu o membro Frederico de Carvalho, confirmou que a visão política do PCP assenta numa sociedade de classes, assumidamente e sem margem de dúvida.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, em representação dos eleitos do PS, disse que uma moção sobre o 25 de Abril deverá ter como princípio a harmonia de uma Assembleia Municipal. Neste caso concreto - disse - estão representadas na Assembleia Municipal três forças políticas: o VIVA (mais ligado à direita), os socialistas e os comunistas, sendo que na moção apenas ouviu falar dos comunistas. Disse este membro temer que este princípio extravase para outros aspetos e esteja demasiado presente na atuação desta maioria que não é absoluta. Este membro frisou que a existência de uma maioria relativa é uma situação nova neste concelho e daí que esteja de acordo com alguns aspetos referidos pelo membro Frederico de Carvalho a propósito desta moção, considerando que deveria ter sido feito um esforço de harmonização por parte da CDU ao apresentá-la.-----

Disse o membro Bengalinha Pinto que por não ter existido um esforço da parte da CDU no sentido da harmonização e também para dar um sinal a esta maioria (que é apenas relativa), os eleitos do PS irão votar contra a moção.-----

Votada a moção, foram obtidos sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU ((Estevão



Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze votos contra, por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, José Nazaré Pereira, Joana Galvão e Tânia Milhano) e por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Fernando Brito e Silva, Duarte Guerreiro, João de Deus Fialho e Frederico Carvalho).-----

Esta moção foi assim rejeitada.-----

Quer o membro Frederico de Carvalho, quer o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referiram que as considerações que fizeram antes da votação da moção devem ser consideradas como declarações de voto.-----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto deixou uma última nota sobre este assunto, referindo que “ o 25 de Abril se faz com ações e atitudes e que apesar da relevância das moções, as atitudes e as ações são mais importantes do que os textos e as palavras.”

O membro Fernando Janeiro recordou que no passado fim de semana decorreu a final da taça distrital de futsal, tendo o Sporting Clube de Viana do Alentejo participado com diversos escalões e tendo vencido em dois desses escalões, concretamente no escalão de iniciados e no escalão de juvenis. Este membro, em representação dos eleitos do PS, endereçou os parabéns ao Sporting Clube de Viana do Alentejo, às equipas, treinadores, órgãos sociais e sócios, pelo bom resultado e pela dinamização do desporto no concelho de Viana do Alentejo. Este membro salientou que os bons resultados alcançados são um bom indicador para o futuro, dado que os jogadores são muito jovens, antevendo-se muito sucesso, designadamente nesta modalidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e solidarizou-se com os votos apresentados, quer na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal quer na qualidade de Presidente da Assembleia Geral do Sporting Clube de Viana do Alentejo.-----

O membro Duarte Guerreiro, em representação dos eleitos do VIVA, apresentou uma moção relativa à falta de segurança na Freguesia de Alcáçovas. Procedeu à sua leitura, cujo texto integral se transcreve:

“Moção sobre a falta de segurança na freguesia da Alcáçovas

A freguesia de Alcáçovas, Viana do Alentejo, tem sido assolada por assaltos. O Posto da GNR só tem efetivos entre as 09h00 e as 17h00 e a população não se sente segura.

Recentemente, foi roubada uma viatura pertencente a um cidadão de Alcáçovas. A falta de efetivos da GNR, o encerramento do posto a partir das 5h da tarde, e o débil patrulhamento existente, tem levado a um aumento crescente de roubos e de um aumento significativo de insegurança por parte da população.

Existem ainda relatos de outros assaltos entre a população. Alcáçovas é uma terra pacata, pelo que é incompreensível esta crescente criminalidade e respetiva insegurança.

Esta moção surge na sequência de diversos assaltos decorrentes na freguesia das Alcáçovas ocorridos nos últimos tempos. Situação que há muito se repete.



Para a elaboração desta Moção, teve-se em consideração a frequência de assaltos, nomeadamente a viaturas, empresas, estabelecimentos comerciais e outros, que têm gerado junto da população um sentimento de medo, perturbação e revolta pelo roubo dos seus pertences.

A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo vem reprovar e manifestar-se publicamente contra a diminuição do número de efetivos da GNR nos postos territoriais de Alcáçovas e de Viana do Alentejo.

A Assembleia Municipal considerara que este número de efetivos não corresponde às expectativas e às necessidades de segurança da população e dos visitantes do concelho.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Viana do Alentejo aprova esta moção sobre a falta de segurança na freguesia da Alcáçovas, reivindicando, junto das autoridades, a implementação de medidas de segurança.

Os eleitos pelo VIVA:

João Fialho

Leonor Botte

Fernando Brito e Silva

Duarte Guerreiro

Frederico Carvalho

Aguiar, 28 de Abril de 2022

Nota: Caso esta Moção seja aprovada propõe-se o seu envio para o Sr. Ministro da Administração Interna; GNR Posto de Viana do Alentejo e Alcáçovas; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Agência LUSA e órgãos da Comunicação Social da Região Alentejo, e respetiva publicação no sítio e Facebook do Município de Viana do Alentejo.”

Não tendo havido quaisquer comentários acerca da moção apresentada, o Senhor Presidente submeteu-a a votação, tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade.-----
De seguida, o membro Frederico de Carvalho, em representação dos eleitos do VIVA, apresentou uma moção relativa à necessidade do Governo de Portugal assegurar definitivamente as condições mínimas de operacionalidade e dignidade da Extensão de Saúde de Alcáçovas, enquanto serviço público essencial para aquela freguesia. Procedeu à respetiva leitura, cujo texto integral se transcreve:



“MOÇÃO

«Governo de Portugal deverá assegurar definitivamente as condições mínimas de operacionalidade e dignidade da extensão de Saúde de Alcáçovas, enquanto serviço público essencial para a freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo»

1º Subscritor - VIVA

A saúde é um direito inalienável consagrado na Constituição da República Portuguesa, através do seu 64º Artigo., nomeadamente no seu ponto 1 - *«Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover»* e no seu ponto 3 – *«Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:»* nomeadamente na alínea *«b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde»*.

A freguesia de Alcáçovas tem manifestamente vivido nos últimos anos uma grave deficiência no atendimento médico e outros cuidados de saúde decorrentes de anos contínuos de desinvestimento e de inoperância face a inúmeras falhas de recursos humanos, médicos, enfermeiros e outros profissionais que ali se têm verificado. Realidade esta várias vezes demonstrada pela Junta de Freguesia de Alcáçovas nas suas diligências que foram sendo públicas na procura de soluções para esta problemática, infelizmente coroada com a criação de uma Comissão de Utentes da Extensão de Saúde de Alcáçovas e ainda amplamente preocupação da ACSA – Associação para a Cidadania, Saúde e Ambiente, associação local.

O rácio de médicos e outros profissionais de saúde no concelho de Viana do Alentejo tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos, havendo menos profissionais de saúde disponíveis para o mesmo número de utentes [SNS: **habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde (1999-2012) – Viana do Alentejo 1999 - 140,2 2012 - 226,6 dados INE 2021-06-14**]

São inúmeras as queixas dos fregueses locais e cada vez menos os cuidados ou atos médicos prestados nesta Extensão de Saúde, obrigando cada vez mais os utentes desta Unidade de Saúde a deslocarem-se ao Centro de Saúde de Viana do Alentejo ou ao Hospital Distrital de Évora ou mesmo, em alternativa a terem de se socorrerem de medicina privada, em substituição ao SNS, Serviço Nacional de Saúde.

Existem inclusive dias em que os serviços já nem abrem por falta de recursos humanos alocados à visada Unidade de Saúde, provocando uma profunda indignação e e estupefação perante os habitante de Alcáçovas, como por exemplo atos médicos tão simples como a vacinação de crianças ou mudanças de penso têm muitas vezes que ser realizados em Viana do Alentejo.



O ACES – Agrupamento de Centro de Saúde do Alentejo Central tem conhecimento oficial desta insustentável situação e não demonstra qualquer proposta de solução efetiva para esta clara falha do SNS e dos direitos dos utentes de Alcáçovas.

A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo hoje aqui reunida e, face ao exposto exige ao Governo de Portugal através do Ministério da Saúde que dote com a máxima urgência a Extensão de Saúde de Alcáçovas de recursos humanos, técnicos e físicos para que os seus utentes possam efetivamente beneficiar de um Direito à Saúde consagrado na CRP, como qualquer outro português de outro território, sem quaisquer discriminações, nomeadamente territoriais.

Esta moção a ser aprovada deverá ser enviada ao seu destinatário, nomeadamente Governo de Portugal, Ministério da Saúde e dado conhecimento aos vários grupos partidários representados na Assembleia da República, ARS do Alentejo, ACES do Alentejo Central e UCSP de Viana do Alentejo, bem como deverá ser publicada num órgão de comunicação social regional.

Aguiar, 28 de Abril de 2022”

Relativamente à moção apresentada, o membro Marília Rasquinho, sendo enfermeira no Centro de Saúde de Viana do Alentejo, disse não poder estar de acordo com o seguinte parágrafo: -----

“O ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central tem conhecimento oficial desta insustentável situação e não demonstra qualquer proposta efetiva para esta clara falha do SNS e dos direitos dos utentes das Alcáçovas”-----

Referiu ter conhecimento das diligências que têm sido feitas, embora sem sucesso, devido à falta de médicos, pelo que não pode concordar que se refira uma coisa que não corresponde à realidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia disse não compreender o que é referido, a dado passo do segundo parágrafo “...que foram sendo públicas na procura de soluções para esta problemática, infelizmente coroadas com a criação de uma Comissão de Utentes...”, designadamente a referência ao vocábulo “infelizmente”.-----

O membro Frederico de Carvalho disse tratar-se de um manifesto lapso, devendo ser retirada a palavra “infelizmente”.-----

Quanto à observação feita pelo membro Marília Rasquinho, disse o membro Frederico de Carvalho que a bancada do VIVA está disponível para alterar a redação do parágrafo em causa, se a bancada da CDU assim entender.-----



Entre a bancada da CDU e a bancada do VIVA foi conciliada uma nova redação para o parágrafo em causa, tendo resultado a seguinte proposta final de moção:

“MOÇÃO

«Governo de Portugal deverá assegurar definitivamente as condições mínimas de operacionalidade e dignidade da extensão de Saúde de Alcáçovas, enquanto serviço público essencial para a freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo»

1º Subscritores – Duarte Guerreiro

Fernando Brito e Silva

Frederico Carvalho

João Fialho

Leonor Botte Fernandes

A saúde é um direito inalienável consagrado na Constituição da República Portuguesa, através do seu 64º Artigo., nomeadamente no seu ponto 1 - «Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover» e no seu ponto 3 – «Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:» nomeadamente na alínea «b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde».

A freguesia de Alcáçovas tem manifestamente vivido nos últimos anos uma grave deficiência no atendimento médico e outros cuidados de saúde decorrentes de anos contínuos de desinvestimento e de inoperância face a inúmeras falhas de recursos humanos, médicos, enfermeiros e outros profissionais que ali se têm verificado. Realidade esta várias vezes demonstrada pela Junta de Freguesia de Alcáçovas nas suas diligências que foram sendo públicas na procura de soluções para esta problemática, coroada com a criação de uma Comissão de Utentes da Extensão de Saúde de Alcáçovas e ainda amplamente preocupação da ACSA – Associação para a Cidadania, Saúde e Ambiente, associação local.

O rácio de médicos e outros profissionais de saúde no concelho de Viana do Alentejo tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos, havendo menos profissionais de saúde disponíveis para o mesmo número de utentes [**SNS: habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde (1999-2012) – Viana do Alentejo 1999 - 140,2 2012 - 226,6 dados INE 2021-06-14**]

São inúmeras as queixas dos fregueses locais e cada vez menos os cuidados ou atos médicos prestados nesta Extensão de Saúde, obrigando cada vez mais os utentes desta Unidade de Saúde a deslocarem-se ao Centro de Saúde de Viana do Alentejo ou ao Hospital Distrital de Évora ou mesmo, em alternativa a terem de se socorrerem de medicina privada, em substituição ao SNS, Serviço Nacional de Saúde.

Existem inclusive dias em que os serviços já nem abrem por falta de recursos humanos alocados à visada Unidade de Saúde, provocando uma profunda indignação e e estupefação perante os habitante de Alcáçovas, como por exemplo atos médicos tão simples como a



vacinação de crianças ou mudanças de penso têm muitas vezes que ser realizados em Viana do Alentejo.

O ACES – Agrupamento de Centro de Saúde do Alentejo Central tem conhecimento oficial desta insustentável situação e não tem almejado uma solução efetiva para esta clara falha do SNS e dos direitos dos utentes das Alcáçovas, pese embora tenham sido ensaiadas tentativas para alterar esta condição.

A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo hoje aqui reunida e, face ao exposto exige ao Governo de Portugal através do Ministério da Saúde que dote com a máxima urgência a Extensão de Saúde de Alcáçovas de recursos humanos, técnicos e físicos para que os seus utentes possam efetivamente beneficiar de um Direito à Saúde consagrado na CRP, como qualquer outro português de outro território, sem quaisquer discriminações, nomeadamente territoriais.

Esta moção a ser aprovada deverá ser enviada ao seu destinatário, nomeadamente Governo de Portugal, Ministério da Saúde e dado conhecimento aos vários grupos partidários representados na Assembleia da República, ARS do Alentejo, ACES do Alentejo Central e UCSP de Viana do Alentejo, bem como deverá ser publicada num órgão de comunicação social regional.

Aguiar, 28 de Abril de 2022”

Passou-se à votação da moção, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período destinado à intervenção do público.-----

Interveio o senhor João Luís Batista Penetra, residente em Alcáçovas, que não tendo podido comparecer à cerimónia protocolar de comemoração do 25 de Abril, manifestou a sua solidariedade relativamente a essa comemoração, congratulando-se pelo facto de já se ter vivido mais tempo em liberdade do que em ditadura.-----

Relativamente às moções que foram apresentadas, designadamente a moção relativa à guerra da Ucrânia, disse este munícipe ser frontalmente contra a invasão de um país soberano por parte de outro país soberano, que merece ser condenado, sem qualquer dúvida. Este munícipe lamentou que não tenha sido possível conciliar nesta sessão, os conteúdos das três moções apresentadas sobre este tema, tendo também lamentado que as moções que foram aprovadas não o tenham sido por unanimidade e que uma moção tenha sido rejeitada.-----

Disse este munícipe recordar-se do tempo em que os partidos negociavam posições dada a existência de um tronco comum em determinadas matérias, registando com agrado a posição do membro José Nazaré Pereira que identificou os pontos de divergência entre as moções, com vista à eventual harmonização. Disse ainda este munícipe ter observado que o VIVA evidenciou uma posição mais radical nesta matéria. Acrescentou que se estivesse na qualidade de membro da Assembleia, talvez tivesse votado favoravelmente as três moções dado que



aquilo que está em acusa é uma guerra na Europa, com a qual ninguém concorda, embora possam existir divergências quanto às suas causas.-----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão- A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação

Ponto dois) Apreciação da Informação escrita sobre a atividade da Câmara- Relativamente à Informação sobre a atividade da Câmara, o membro Frederico de Carvalho reportou-se à reunião que foi realizada no dia 4 de fevereiro, entre o Senhor Presidente da Câmara e o proprietário do Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Alcáçovas. Perguntou se existem garantias, por parte do proprietário, de preservação da Romaria de Nossa Senhora da Esperança e o que é que está a ser perspetivado para a reabilitação do imóvel que é um edifício histórico, absolutamente necessitado de obras de remodelação.-----

Também este membro se referiu à reunião realizada na Delegação da Câmara em Alcáçovas, e na qual participou. O objetivo da reunião foi equacionar a possibilidade de criação de um polo da Escola Profissional Fialho de Almeida, em Alcáçovas e este membro perguntou se entretanto houve algum desenvolvimento sobre esta matéria.-----

O membro Frederico de Carvalho, tendo em conta a reunião realizada a 24 de março, entre o Senhor Presidente da Câmara, o Capitão Pasadas e o Sargento Jorge Dias; perguntou se foram dadas algumas garantias ao executivo quanto à necessidade de melhoria da operacionalidade da G.N.R. que há muito é reclamada para a freguesia de Alcáçovas.-----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente às três questões colocadas pelo membro Frederico de Carvalho, disse o seguinte:-----

- a) O projeto relativo ao Convento de Nossa Senhora da Esperança continua em apreciação na Divisão Técnica da Câmara, considerando-se que está bem enquadrado no espaço envolvente.-----
A disponibilidade para que a Romaria de Nossa Senhora da Esperança continue, é total por parte do proprietário, tendo inclusive confirmado a sua disponibilidade para a cedência da capela sempre que necessário.-----
- b) Quanto à reunião realizada sobre a formação profissional, verificaram-se diversas opiniões, a maior parte discordantes da criação do polo em Alcáçovas. O assunto encontra -se ainda em análise.-----
- c) Quanto à reunião com a G.N.R., a situação mantém-se, dado que não há efetivos suficientes para poder existir um reforço de meios no concelho. Não existem perspetivas de reabertura do posto em Alcáçovas, restando apenas a possibilidade de se ir gerindo os efetivos existentes. Infelizmente, não há garantias de evolução positiva quanto a esta matéria.-----



O membro Paula Maurício felicitou o executivo municipal pela realização da vigésima edição da Romaria a Cavalo, bem como os trabalhadores envolvidos na concretização deste evento. Este membro deixou também uma palavra de reconhecimento ao executivo anterior que soube dar continuidade à Romaria a Cavalo, nos anos em que liderou os destinos do concelho.-----

O membro Paula Maurício evidenciou o progresso deste evento ao longo dos anos, levando o nome do concelho de Viana do Alentejo além fronteiras.-----

Também este membro felicitou o executivo municipal pelos dois programas televisivos recentemente realizados, tendo sido feita uma excelente divulgação e projeção do concelho.

Finalmente, este membro realçou a coragem do executivo municipal que após dois anos de pandemia e sem que estivessem reunidas as melhores condições a nível do recinto envolvente à Sra. D'Aires (uma vez que a empreitada ainda não se encontra concluída), ainda assim concretizou a iniciativa.-----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção anterior e fez também um agradecimento especial a todos os envolvidos que se empenharam bastante na organização da romaria em apenas dois meses. Salientou as dificuldades decorrentes do recinto envolvente ao Santuário ainda se encontrar em obras, não tendo sido possível ir além daquilo que se fez (salienta-se que a nível de instalação elétrica, os trabalhos estão sensivelmente a meio) e não tendo sido possível acolher visitantes, expositores e tendas de maior dimensão.-----

Relativamente à obra em curso na envolvente ao Santuário, disse o Senhor Presidente da Câmara ser expectável a sua conclusão daqui a cerca de dois meses. -----

O Senhor Presidente da Câmara deixou uma nota muito positiva quanto aos benefícios decorrentes dos dois programas televisivos, designadamente no tocante à promoção da Romaria a Cavalo e à promoção do concelho nas suas diversas vertentes.-----

O membro Bengalinha Pinto, em representação da bancada do PS, associou-se às felicitações quanto à Romaria a Cavalo e felicitou também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua integração no Conselho Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais e também o Município de Viana do Alentejo na Direção da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica.-----

Relativamente à obra de requalificação da envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires, o membro Bengalinha Pinto recordou que nos últimos três concursos públicos que o anterior executivo lançou, para a realização de empreitadas, o número de empresas concorrentes foi o seguinte:-----

- . Centro Social de Aguiar – duas empresas
- . Requalificação do Centro Histórico de Viana – fase 3 – uma empresa
- . Requalificação da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires – nenhuma empresa.

Atendendo a que nenhuma empresa apresentou proposta para a realização desta última obra e tratando-se de uma operação com financiamento comunitário, seguiram-se várias tentativas para encontrar uma solução que consistiu num ajuste direto com a empresa que se encontra ainda no terreno.-----



O membro Bengalinha Pinto, de seguida, colocou as seguintes questões relativas ao Quartel da G.N.R. de Viana:-----

- a) Está prevista a data de início da obra?
- b) Qual é o ponto de situação em termos de evolução deste processo?

Este membro, reportando-se ao que consta na Informação sobre a Atividade da Câmara acerca de uma reunião com a IP – Infraestruturas de Portugal sobre a estação de Alcáçovas, disse não ver qualquer referência à Direção Regional de Cultura do Alentejo, pese embora ele próprio tenha referido esse aspeto na sessão ordinária desta Assembleia de 30 de dezembro de 2021. Questionou se esse caminho terá sido abandonado e como está o processo a evoluir, nomeadamente se o Município de Viana já o está a gerir sozinho e se o Município de Évora, que inicialmente liderava o processo (segundo a informação anteriormente transmitida pelo Senhor Presidente da Câmara) já o abandonou.-----

O membro Bengalinha Pinto perguntou também qual o ponto de situação do troço da Estrada Nacional 257, dado que deixou de ver qualquer referência a este assunto e questionou ainda em que ponto se encontra o assunto da supressão da passagem de nível em Viana.

O membro Bengalinha Pinto observou também que não viu qualquer referência à aquisição do terreno para a Zona Industrial de Aguiar.-----

Este membro, relativamente às moções apresentadas no âmbito da saúde e segurança, referiu que as mesmas são focadas principalmente na freguesia de Alcáçovas, sendo importante realçar que os problemas nas áreas da saúde e segurança não são específicos da freguesia de Alcáçovas, abrangendo todo o concelho. Assim, este membro questionou se a resposta dada pelo executivo, quanto à segurança se referiu apenas à freguesia de Alcáçovas e se no âmbito da saúde tem havido ou não alguma evolução positiva a nível do concelho.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que relativamente ao Quartel da G.N.R. não há qualquer evolução sobre o processo. Acrescentou que no início do mandato lhe foi transmitido, informalmente, que iria haver, por parte da tutela, uma deslocação a Viana para assinatura do contrato, situação que até à data não se verificou.-----

Disse o Senhor Presidente da Câmara que as referências que fez à segurança se reportam ao concelho e não exclusivamente à freguesia de Alcáçovas. Contudo - disse- o problema maior, a nível de segurança, situa-se em Alcáçovas, embora em Viana se tenham também verificado diversos assaltos, concretamente na Zona Industrial, local onde a G.N.R. se desloca com frequência.-----

Relativamente à saúde no concelho, o Senhor Presidente salientou a necessidade de existir em Aguiar uma Extensão de saúde, tal como existe em Alcáçovas, estando o Município a diligenciar nesse sentido, junto das entidades com competência na matéria.-----

Relativamente à Zona Industrial de Aguiar, o Senhor Presidente da Câmara disse que o proprietário do terreno está a tratar do respetivo processo de destaque. A reunião final referente à alteração do PDM – Plano Diretor Municipal irá ocorrer no próximo dia 3 de maio, perspetivando-se que seja aprovada a finalidade do terreno em causa para instalação da Zona Industrial.-----



Relativamente aos contactos com a IP – Infraestruturas de Portugal sobre a Estação de Alcáçovas, o ponto de situação mantém-se como foi informado anteriormente numa reunião de Câmara. Acrescentou que na última reunião realizada com um representante da IP – Infraestruturas de Portugal, o Município manifestou a vontade de receber não só a Estação de Alcáçovas mas também o casão e as duas pequenas habitações anexas. Disse o Senhor Presidente da Câmara que até ao momento não foi dada qualquer resposta à manifestação de vontade apresentada pelo Município. Dado que o Município de Évora não se manifestou mais sobre este assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara desconhecer se a inexistência de resposta da IP quanto à manifestação de vontade deste Município, estará relacionada com a necessidade de auscultação do Município de Évora ou com o facto do Município de Viana do Alentejo estar disponível para receber não só a estação mas também o casão e os anexos.-----
Relativamente ao troço da EN 257, disse o Senhor Presidente da Câmara saber que está agendada audiência prévia para o próximo dia 12 de maio, conforme consta da informação sobre o estado dos processos judiciais que integram a Informação sobre a Atividade da Câmara.-----

Quanto à supressão da passagem de nível em Viana, disse o Senhor Presidente da Câmara não haver qualquer evolução sobre o assunto.

O membro Nuno Grave, ainda em relação à Estação de Alcáçovas referiu o seguinte:-----

- a) No dia 15 de novembro de 2021 foi realizada uma reunião entre o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora com o objetivo de travar a demolição do edifício da estação dos caminhos de ferro de Alcáçovas, tentando encontrar soluções que permitissem a requalificação do imóvel;-----
- b) No dia 15 de fevereiro de 2022 foi realizada uma reunião entre o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo e a IP – Infraestruturas de Portugal, tendo sido manifestada pelo Município de Viana do Alentejo a disponibilidade para assumir a concessão do complexo e não apenas do edifício da estação.-----

Atendendo a que este processo foi iniciado conjuntamente pelos Municípios de Viana do Alentejo e de Évora, o membro Nuno Grave perguntou:

- a) Se o Município de Évora esteve representado na reunião de 15 de fevereiro com a IP – Infraestruturas de Portugal;
- b) Quais os motivos que levaram o executivo a alargar o interesse pela concessão não só da estação mas de todo o complexo adjacente;
- c) Qual o objetivo final para a utilização do património histórico em causa.



O Senhor Presidente da Câmara, relativamente às questões colocadas, referiu que no início do processo, o Município de Évora tinha de estar envolvido, uma vez que o imóvel em causa não se situa no concelho de Viana do Alentejo. Contudo, o decurso do tempo tem vindo a mostrar que o interesse do Município de Évora neste processo se limitou a tentar impedir que o edifício fosse demolido.-----

Disse o Senhor Presidente da Câmara que efetivamente foi o Município de Viana do Alentejo que manifestou interesse em ficar com a totalidade das instalações, em virtude de existirem associações no concelho que muito necessitam daquele espaço para se alojarem.-----

De seguida, interveio o membro Maria Leonor Fernandes que em representação dos eleitos do VIVA expressou um voto de louvor à Câmara Municipal e aos seus trabalhadores, pelo sucesso da Romaria a Cavalo e pela alegria de voltar a assistir a um evento tão importante.

O senhor Presidente da Câmara agradeceu.-----

O membro Bengalinha Pinto, relativamente às questões que colocou, disse que ficou por responder a questão relativa à Direção Regional de Cultura no âmbito do processo relativo à estação de Alcáçovas.-----

Disse ainda este membro que se não existe ainda data prevista para o início da obra de construção do Quartel da G.N.R. de Viana do Alentejo, não consegue perceber como é que na reunião da Câmara de 24 de novembro de 2021 é afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara que “o processo do Quartel está atrasado”, ou seja, se o loteamento da Lindina tem de ser alterado e ainda não foi, como é que se pode afirmar que um processo administrativo está atrasado para uma obra que nem sequer tem data de início prevista. Neste contexto, este membro disse ter de referir uma frase proferida pelo Senhor Presidente da Câmara e que consta do último Boletim Municipal:-----

“Tenho sido várias vezes tentado, em reuniões de Câmara, para que critique o anterior executivo. Confesso que tenho motivos e temas suficientes para o fazer mas não foi para isso que me propus quando me candidatei a presidir o Município.”-----

Disse o membro Bengalinha Pinto que em sua opinião “isto são meias conversas, meias palavras”, sendo injusto que o Presidente da Câmara critique o anterior executivo ao dizer que o processo de alteração de loteamento para o Quartel da G.N.R. está atrasado. Contudo, após terem decorrido cinco meses desde a data em que essa afirmação foi proferida, ainda não é conhecida a data de início da obra!-----

O membro Bengalinha Pinto reiterou a necessidade de existir algum cuidado com as críticas ao anterior executivo, aconselhando que as mesmas sejam discutidas frontalmente porque poderão até ser injustas, devido à falta de conhecimento dos dossiers.-----

Este membro realçou que algumas afirmações que se fazem não são justas, não sendo deste tipo de atitude que o concelho necessita. Salientou que não é possível concordar com afirmação de que um processo está atrasado quando a parte administrativa que se refere estar em falta, só será necessária para o início da obra, cuja data ainda nem está prevista.-----

O Senhor Presidente da Assembleia recordou que nos termos do Regimento, em cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos pode haver uma intervenção dos membros. Pediu por isso a todos os membros, um esforço no sentido deste procedimento ir sendo apreendido, devendo



ser colocados de uma vez só, todos os assuntos que cada membro deseje referir em relação ao ponto da Ordem de Trabalhos em discussão.-----

O Senhor Presidente da Câmara, em relação à intervenção do membro Bengalinha Pinto, começou por referir que a Direção Regional de Cultura do Alentejo, até à data, não está envolvida no processo relativo à estação de Alcáçovas.-----

Relativamente ao processo relativo ao Quartel da G.N.R., o Senhor Presidente da Câmara disse que lhe parece fazer sentido que seja o membro Bengalinha Pinto a explica-lo, dado que foi ele que o processo teve início, enquanto Presidente da Câmara. Salientou que como é do conhecimento do membro Bengalinha Pinto, o loteamento da Lindina tem de ser alterado para permitir a construção do Quartel.-----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que ao invés de ter feito a pergunta, poderia o membro Bengalinha Pinto ter explicado as dificuldades relativas à alteração do Loteamento da Lindina e ter informado sobre a celebração do Acordo para a construção do Quartel.-----

Quanto à “recomendação” do membro Bengalinha Pinto sobre a necessidade de contenção nas críticas ao anterior executivo, o Senhor Presidente da Câmara disse que lhe parece existir como que um “ tom ameaçador” nesse “aviso”. Acrescentou que o dever de cuidado com as críticas, é aplicável a todos porque “quem tem telhados de vidro, não deve lançar pedras para o ar”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o membro Bengalinha Pinto contestado a falta de oportunidade para intervir, em resposta ao Senhor Presidente da Câmara, invocando o direito de defesa da sua honra.

O Senhor Presidente da Assembleia recordou as inúmeras vezes que no anterior mandato lhe foi negada a possibilidade de intervenção, ao abrigo do disposto no Regimento. Contudo, atendendo ao facto do membro Bengalinha Pinto ter invocado o direito de defesa da honra e apesar de considerar que a honra deste membro não foi atingida, o Senhor Presidente da Assembleia permitir-lhe o uso da palavra.-----

O membro Bengalinha Pinto voltou a salientar que o espírito de Abril se transmite com as atitudes e as ações e não com o corte da palavra aos Vereadores (como o Senhor Presidente da Câmara já fez) e aos membros da Assembleia Municipal. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, recordou que tal como ele se sentiu injustiçado quando no mandato anterior lhe cortavam a palavra, também ele próprio teve agora idêntico sentimento. No entanto – disse - no mandato anterior nunca aconteceu que o Presidente da Câmara tivesse pedido a um membro da Assembleia para explicar um assunto e que esse membro tivesse sido impedido de o fazer por parte do Presidente da Assembleia, tal como hoje aqui aconteceu. Acrescentou que se tal tivesse acontecido, ele, na qualidade de Presidente da Câmara, não teria ficado calado como o atual Presidente da Câmara hoje ficou.-----

Antes de passar a referir-se ao assunto do Quartel, o membro Bengalinha Pinto esclareceu que o processo da IP – Infraestruturas de Portugal que vem referido na Informação sobre a Atividade da Câmara, na parte dos processos judiciais pendentes, contrariamente ao que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, não se reporta ao troço de 3,5 quilómetros, objeto de Acordo que foi assinado com a IP- Infraestruturas de Portugal, mas sim ao troço de 12



quilómetros que o Município entendeu também ser passível de ser transferido para a IP – Infraestruturas de Portugal, e que vai até ao limite da freguesia de Alcáçovas.

Voltando ao assunto do Quartel da G.N.R., disse o membro Bengalinha Pinto que considerando que este investimento é benéfico não só para a freguesia de Viana mas sim para todo o concelho, o anterior executivo decidiu tratar os dois processos em paralelo, ou seja, o processo externo da formalização do Acordo para a execução da obra e o processo interno que é tratado pela Divisão do Urbanismo e que consiste na alteração ao loteamento. Ao que parece, este processo não estava concluído no passado mês de novembro, sendo desejável que esteja concluído quando a obra tiver início. Este membro concluiu, sublinhando que em novembro foi afirmado que o processo do Quartel da G.N.R. estava atrasado. Sendo expectável que ainda demore cerca de um ano para que a obra tenha início, o membro Bengalinha Pinto referiu que lhe parece haver tempo suficiente para que a Divisão de Urbanismo do Município promova a alteração ao loteamento durante 18 meses.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a pedir que cada membro procure colocar, numa só intervenção, todas as questões relativas ao ponto que estiver em discussão, tal como prevê o Regimento deste órgão.

Interveio de seguida o membro Paula Maurício que referiu o seguinte, de acordo com os conhecimentos que tem sobre a matéria e que reconhece não serem muitos:-----

“Uma alteração ao loteamento não tem de estar feita apenas quando a obra começa porque para a que a obra tenha início é necessário um prévio procedimento administrativo de licenciamento que pressupõe que a alteração ao loteamento já tenha sido concluída.”-----

Ponto três) Proposta de aprovação da 2ª alteração ao Mapa de Pessoal- O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação da segunda proposta de alteração ao mapa de pessoal, tendo justificado a criação dos dois postos de trabalho previstos, respetivamente para o exercício de funções de leitor cobrador de consumos e para o exercício de funções de manutenção na Piscina Municipal de Alcáçovas. Acrescentou que a presente proposta de alteração contempla ainda a extinção de dois postos de trabalho inicialmente previstos no mapa de pessoal.-----

O membro Frederico de Carvalho anunciou que os eleitos do VIVA viabilizarão esta proposta de alteração, dado que apenas configura uma opção de gestão.-----

Votada a segunda proposta de alteração ao mapa de pessoal, foi a mesma aprovada com treze votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estevão Pereira, Paula Maurício, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Marília Rasquinho, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, José Nazaré Pereira, Joana Galvão e Tânia Milhano) e cinco abstenções por parte dos eleitos da força política VIVA (Maria Leonor Fernandes, Fernando Brito e Silva, João de Deus Fialho, Frederico de Carvalho e Duarte Guerreiro).-----

Ponto quatro) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021- O Senhor Presidente da Câmara disse ter poucas considerações a tecer sobre o documento em apreciação, dado que o mesmo reflete nove meses de gestão do anterior executivo e três meses



de gestão do atual executivo. Acrescentou que os três meses de gestão deste executivo são os primeiros do mandato, não tendo sido introduzidas, nesse espaço temporal, alterações de fundo.-----

O membro João de Deus Fialho, em representação dos eleitos do VIVA, apresentou uma nota positiva aos Documentos de Prestação de Contas relativos a 2021, que contemplam os primeiros três meses de gestão do executivo atual. Disse este membro que o Relatório apresentado está bem organizado, é claro e de perceptível leitura por parte da população. Acrescentou que tendo em conta o contexto de Covid-19, a atividade desenvolvida pelo Município, parece ter sido adequada às circunstâncias, tendo a menor atividade contribuído para gerar poupanças, com reflexo direto no saldo que transitou para a gerência seguinte.---- Este membro, como aspetos negativos salientou que não foi executado um conjunto de projetos estruturantes para o concelho, não tendo o Município apresentado candidatura ao Aviso do Alentejo 2020 para obtenção de financiamento de 85% destinado às Zonas Industriais, perdendo esta oportunidade.-----

Quanto à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, disse este membro que o processo não apresenta desenvolvimentos, embora a quota parte do financiamento do Município seja apenas de 7,5%.-----

Salientou ainda este membro, como aspeto negativo, o facto do processo da alteração das ARU- Áreas de Reabilitação Urbana não se ter concretizado, implicando a respetiva caducidade e a necessidade de serem criadas novas ARU. Nesta linha, salientou também o facto de não se ter concretizado a revisão do PDM- Plano Diretor Municipal, correndo o Município o risco de perder terrenos urbanizáveis, voltando estes a ser agrícolas.-----

Este membro anunciou que os eleitos do VIVA irão viabilizar os Documentos de Prestação de Contas de 2021, através da abstenção.-----

O membro Bengalinha Pinto, relativamente aos Documentos de Prestação de Contas em apreço, sublinhou a sua forte componente técnica obrigatória, nada havendo a referir neste contexto.-----

Este membro referiu que os Documentos de Prestação de Contas continuam a estar muito bem elaborados e felicitou os técnicos envolvidos no processo e a respetiva chefe da Divisão, Maria d' Aires Vilela.-----

Reportando-se os Documentos de Prestação de Contas ao ano civil de 2021, o membro Bengalinha Pinto salientou que este foi um ano ainda em contexto COVID, situação que teve naturalmente as suas implicações na atividade municipal. Acrescentou que os documentos em análise evidenciam um bom apoio à comunidade local, nomeadamente ao movimento associativo, com algumas especificidades; às empresas; às IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social e às famílias. Disse ainda este membro que é notória a existência de muitos projetos ativos e para o futuro.-----

Salientou ainda este membro que o Município apresenta uma boa situação financeira, o que permite encarar o futuro com mais otimismo: o endividamento é baixo, não existem pagamentos em atraso e cumpre todos os rácios legalmente exigidos.-----



O membro Bengalinha Pinto desejou que o atual executivo continue a melhorar os Documentos de Prestação de Contas e que o seu conteúdo revele novas atividades e novos projetos.

O membro Bengalinha Pinto disse que pretende de seguida explicar o sentido de voto dos eleitos do PS, dado parecer-lhe que aquando da votação destes Documentos na Câmara, isso não foi bem percebido. Anunciou a intenção de abstenção, dado que a mesma não porá em causa a aprovação do Documento e no em entender destes eleitos é a posição mais sensata, dado estarem em causa nove meses de gestão PS e três meses de gestão CDU. Além disso - a responsabilidade pelos conteúdos não obrigatórios, é do atual executivo em regime de permanência (seleção das matérias e forma de apresentação) e não do PS.

O membro Bengalinha Pinto sublinhou que os eleitos do PS (entre os quais se inclui) não se desresponsabilizam dos projetos refletidos nos Documentos de Prestação de Contas e que apesar do senhor Presidente da Câmara ter dito que ele “tem telhados de vidro”, importa sublinhar que os “telhados de vidro” que eventualmente tenha, têm sempre por objetivo a defesa dos interesses do Município, estando disponível para defender isso em qualquer instância.

Disse ainda o membro Bengalinha Pinto que os Documentos de Prestação de Contas não se conseguem individualizar pelos dois períodos de gestão que aconteceram no ano de 2021, tratando-se de um único documento. Assim sendo, acrescentou que parece fazer sentido à bancada do PS, a abstenção.

Disse ainda o membro Bengalinha Pinto estar disponível para a discussão que se entender fazer acerca do Documento em causa, realçando a discordância da bancada do PS, relativamente a um parágrafo da nota introdutória, com o seguinte teor, que estes eleitos não entendem e que também por isso não votarão favoravelmente:

“A mudança de rumo operada em resultado das eleições de outubro de 2021, apesar do que foi concretizado nos últimos três meses do ano, não aparece nem poderia aparecer plasmada neste Documento de Prestação de Contas, de forma evidente.”

O Senhor Presidente da Assembleia, em jeito de desabafo, disse ter achado curioso que da intervenção do membro Bengalinha Pinto, em representação da bancada do PS, se possa retirar que estes eleitos não têm que viabilizar o Documento de Prestação de Contas de 2021 porque o PS só tem que ver com nove meses em doze. Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia que se impõe então perguntar se terá de ser a CDU a viabilizar o Documento quando tem que ver com três meses em doze. Acrescentou ainda que se o VIVA não viabiliza o Documento porque nada tem que ver com ele, se o PS não viabiliza porque só tem que ver com nove meses em doze e se a CDU também não viabiliza porque só tem que ver com três meses em doze, todos os membros se abstêm e chegamos a uma situação de impasse!

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que de acordo com os preceitos legais aplicáveis, a Assembleia recebeu o relatório e o parecer do Revisor Oficial de Contas, atestando a legalidade das contas.

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2021. Foram obtidos sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estevão Pereira, Paula Maurício, Vítor Fialho, Sara



Rodrigues, Marília Rasquinho, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e onze abstenções dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, José Nazaré Pereira, Joana Galvão e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Fernando Brito e Silva, Maria Leonor Fernandes, Duarte Guerreiro, João de Deus Fialho e Frederico de Carvalho).-----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público.-----

Interveio novamente o senhor João Luís Batista Penetra para acrescentar à sua anterior intervenção as felicitações à Câmara Municipal pelas duas recentes iniciativas televisivas e pelo sucesso da Romaria a Cavallo, que tem subjacente “um trabalho bem feito”. -----

O senhor Presidente da Câmara agradeceu as felicitações.-----

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às zero horas e trinta minutos do dia 29 de abril de 2022.-----



Aprovada a 30 de junho de 2022

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
